

# Crescimento e o Setor Serviços\*

WERNER BAER  
LARRY SAMUELSON\*\*

## Introdução

Uma das características dos Países Menos Desenvolvidos (PMD) tem sido o fracasso da industrialização em criar emprego suficiente para absorver eficazmente as massas urbanas engrossadas pela migração rural-urbana e pelo crescimento populacional. Uma resposta usual dada por estudiosos e políticos tem sido a reivindicação de tecnologias mais "apropriadas", caracterizadas por uma maior intensidade de trabalho. A nossa sugestão é de que este tipo de ênfase deve ser afastado. A relação entre modernização industrial e os ganhos significativos no volume de emprego oferecido pelo setor de serviços não tem sido devidamente considerada, e deverá conduzir a uma reavaliação da discussão sobre a absorção da força de trabalho.

---

Os autores agradecem a Adolfo Figueroa por seus valiosos comentários.

\*\* Da Universidade de Illinois e da Universidade de Siracusa, respectivamente.

A próxima seção faz uma retrospectiva da moderna bibliografia a respeito da absorção da força de trabalho e da tecnologia apropriada. A seção 2 analisa a experiência do setor de serviços nos Países Desenvolvidos (PD) e nos PMD. A seção 3 desenvolve as relações fundamentais entre o setor de serviços e a economia, incluindo o papel dos serviços no consumo e a natureza das mudanças observadas no setor de serviços. A seção final apresenta as implicações da análise das estratégias de crescimento para os PMD, incluindo uma sugestão de estratégia que, esperamos, seja objeto de discussão futuramente.

## 1. O Problema da Absorção da Força de Trabalho

A Industrialização por Substituição de Importações (ISI) aplicada aos PMD experimentou resultados diversos<sup>(1)</sup>. Em muitos

---

(1) Em HIRSCHMAN (1968) e BAER (1973) pode ser encontrada uma retrospectiva do período de ISI.

## SETOR SERVIÇOS

casos, foram atingidas taxas de crescimento impressionantes, mas que têm sido justapostas à percepção de que a ISI dá origem a certos ônus. Isto inclui certos diferenciais econômicos potenciais, tais como distorções no preço dos fatores (vide, por exemplo, Ahmad, 1978), assim como a compreensão de que um setor industrial florescente não é, por si só, uma panacéia capaz de superar os obstáculos a serem vencidos para se atingir o estágio de país desenvolvido. Diferentemente da experiência de muitos países desenvolvidos, a industrialização nos PMD tem sido freqüentemente enquadrada no bojo de uma estrutura social e política anteriormente estabelecida, efetuando-se poucas das reformas requeridas por essa industrialização (Hirschman, 1968).

A segunda maior crítica à ISI surgiu em torno dos custos que as tecnologias inadequadas impuseram aos PMD, sendo esta inadequação manifestada principalmente na incapacidade de assimilação de contingentes crescentes de desempregados urbanos pela moderna economia<sup>(2)</sup>. "Apesar de duas décadas de industrialização acelerada, promovida na maior parte das vezes através da política usual de substituição de importações, o rápido crescimento da força de trabalho nas cidades não tem sido absorvido de modo a conduzir ao pleno emprego". (Friedman & Sullivan, 1974, p. 385). No caso da América Latina, "nos últimos 30 anos, o crescimento incrivelmente pequeno do emprego no setor manufatureiro gerado por um incremento bastante significativo do produto manufaturado na América Latina, desfaz todas as esperanças anteriormente manti-

das, de que a industrialização seria a grande criadora de empregos" (Ramos, 1974, p. 48).

Este crescimento insatisfatório no emprego tem sido associado, quase paradoxalmente, ao progresso considerável da industrialização, uma vez que "a indústria manufatureira (...) não tem aberto novos empregos a uma taxa nem de longe semelhante àquela requerida pelo crescimento da força de trabalho urbana", ao mesmo tempo em que têm sido atingidos "ganhos impressionantes nas vendas de sua produção" (Friedman & Sullivan, 1974, p. 386). A tabela 1 ilustra este padrão, apresentando a participação da força de trabalho industrial e a participação do produto industrial numa "cross-section" de países<sup>(3)</sup>. Observa-se que a participação da força de trabalho apresenta uma defasagem expressiva em relação à participação do produto.

---

(2) O problema do emprego nos PMD é analisado por BAER & HERVE (1966), REYNOLDS (1965), TODARO (1968), WITTE (1973) e BRUTON (1973). GREGORY (1980) observa que a afirmação corrente de o problema do emprego ser pior nos PMD não tem sido testada empiricamente. Seus testes levam-no a concluir que não existe qualquer evidência inequívoca de uma plora na situação, embora ele mesmo não se incline a sugerir que o emprego tenha-se incrementado significativamente.

---

(3) O setor agrícola (A) inclui caça, pesca, silvicultura e cultivo (Item 1 da tabela 4 do *Yearbook of National Accounts Statistics* (1978) das Nações Unidas). A indústria (I) inclui manufaturas, mineração e extração (itens 2,3 e 5 da tabela 4 do *Yearbook* da ONU). Os serviços (S) incluem comércio, serviços comerciais e empresariais e serviços sociais e governamentais como administração pública e defesa (itens 6-9, tabela 4 do *Yearbook* da ONU). Transportes, comunicações e serviços públicos (gás, água e eletricidade) (item 4 do *Yearbook* da ONU) são várias vezes classificados tanto em serviços como em indústria. De acordo com o critério comumente utilizado de que estes serviços são atividades que de certa maneira são consumidas ou que não produzem um produto tangível, estas atividades parecem serviços. No entanto, sua dependência de equipamento pesado de capital e de tecnologia avançada os arrasta para uma classificação industrial. Esta escolha parece especialmente indicada quando se discutem os PMD. As tabelas 2, 3, 4, 6, 9 e 10 seguem este padrão. As tabelas 1, 7 e 8 incluem transportes e comunicações no setor de serviços. A tabela 5 os exclui juntamente com bancos, seguros, imobiliárias e posse de imóveis. Uma discussão mais aprofundada dos vários setores pode ser encontrada nas notas da tabela 4 do *Yearbook* da ONU, 1978, p. 12-13. Versões mais aprofundadas das tabelas 1 a 3 podem ser encontradas nos autores acima referidos.

TABELA 1  
PARTICIPAÇÕES SETORIAIS NO EMPREGO E NO PRODUTO, 1977

País selecionado	Porcentagem da Força de Trabalho			Porcentagem do Produto Interno Bruto		
	A	I	S	A	I	S
Bangladesh	78	7	15	55	13	32
Etiópia	81	7	12	52	15	33
Nepal	93	2	5	68	9	23
Burundi	85	5	10	64	14	22
Alto Volta	84	11	5	37	14	49
Birmânia	55	19	26	47	11	42
Índia	73	11	16	37	25	38
Níger	92	3	5	47	17	36
Paquistão	58	20	22	33	23	44
Tanzânia	84	6	10	45	16	39
Sri Lanka	54	15	31	39	21	40
Lesoto	88	4	8	30	15	55
Império Centro-Africano	89	4	7	37	36	27
Mauritânia	84	5	11	26	37	37
Uganda	84	6	10	55	8	37
Angola	61	16	23	49	23	28
Togo	69	14	17	23	31	46
Camarões	74	6	20	32	21	47
Honduras	63	15	22	32	27	41
Nigéria	56	18	26	34	43	23
Senegal	77	9	14	28	24	48
Filipinas	51	15	34	29	35	36
Rep. Pop. Congo	36	26	38	11	34	55
Rodésia	61	15	24	—	—	—
Marrocos	53	19	28	21	31	48
Costa do Marfim	82	4	14	25	20	55
Colômbia	31	23	46	26	29	45
Equador	47	24	29	20	36	44
Rep. da Coréia	45	33	22	27	35	38
Rep. Dominicana	58	16	26	20	21	59
Tunísia	43	23	34	17	32	51
Malásia	44	20	36	26	29	45
Turquia	62	14	24	28	25	47
México	34	25	41	10	36	54
Jamaica	24	27	49	9	37	54
Chile	21	27	52	10	29	61
Rep. Pop. da China	34	27	39	12	46	42
Costa Rica	30	29	41	21	25	54
Brasil	42	20	38	12	37	51
Uruguai	12	32	56	12	36	52
Argentina	14	29	57	13	45	42
Iugoslávia	42	34	24	16	45	39
Trinidad e Tobago	13	37	50	3	62	35
Venezuela	21	27	52	6	17	77
Israel	8	37	55	7	40	53
Espanha	19	42	39	9	38	53
Itália	13	47	40	8	43	49
Reino Unido	2	43	55	3	37	60
Áustria	11	41	48	5	42	53
Holanda	6	45	49	4	34	62
Austrália	6	35	59	5	32	63
Dinamarca	8	37	55	—	—	—
Estados Unidos	3	33	64	3	34	63
Suécia	5	37	58	4	33	63

Fontes: BANCO MUNDIAL (1979, p. 130-131, 162-163). Nesta tabela e na tabela 9 os países estão ordenados por ordem crescente de acordo com a renda per capita. Os valores destacados fornecem os dados para 1976. O Produto Interno Bruto é o de uso familiar. Para mais especificações, vide BANCO MUNDIAL (1976, p. 176) e NAÇÕES UNIDAS (1978, p. 15).

## SETOR SERVIÇOS

Não é de surpreender que as avaliações feitas em relação ao impacto da ISI, e às suas indústrias intensivas em capital, concluam geralmente que não tem sido feito progresso suficiente no combate ao problema do emprego (vide, por exemplo, Lewis, 1965; Tyler, 1974 e Morawetz, 1974). Em face de tais problemas de emprego, a tendência da ISI em reproduzir tecnologias provenientes de países desenvolvidos induziu a um apelo pela utilização de tecnologias mais apropriadas. Por um lado, porque essas tecnologias originárias de países desenvolvidos produzem bens inadequados para as necessidades e, por outro lado, em razão de se revelarem escolhas inadequadas para economias caracterizadas por escassez de capital e excesso de força de trabalho<sup>(4)</sup>.

A questão da tecnologia aparece na literatura especializada de duas formas. Em primeiro lugar está a discussão da tecnologia apropriada, encabeçada por Stewart (1972, 1974a, 1974b, 1977), ao qual se juntaram muitos outros, tais como Cooper (1972), Nwosu (1975), Pickett (1977) e White (1978). A questão de interesse é a seguinte: o problema de emprego nos PMD surge da natureza da tecnologia em si, como os deterministas tecnológicos sugeririam, ou de uma escolha errada entre os vários tipos possíveis" (Stewart, 1977, p. 274). No entanto, está implícita nesta discussão a hipótese de que as tecnologias existentes não são apropriadas, sendo uma das bases deste julgamento, ou seja, da inadequação da tecnologia, a insuficiente absorção da força de trabalho nas novas indústrias.

Onde existe a possibilidade de escolha, um coro de vozes clama por uma tecnologia intensiva em trabalho. Esta sugestão pode ser encontrada de duas formas: que

"deveria haver uma busca mais enérgica de oportunidades de emprego fora do setor manufatureiro" e que "dentro do setor manufatureiro, deveria haver uma exploração mais criativa da pequena escala, mais descentralizada, formas de organização com maior utilização da força de trabalho" (Reynolds, 1965, p. 38). É sugerido que "o estilo moderno da fábrica manufatureira somente fornece uma contribuição limitada ao emprego" (Reynolds, 1965, p. 33) e que "a tecnologia precisa ser modificada, no intuito de reduzir a quantidade de capital *per capita*..." (Stewart, 1974b, p. 29). A procura de tais alternativas inclui Ardent (1963), Barnett (1974), Lefebber (1974) e outros.

Freqüentemente há consenso no sentido de sacrificar a taxa de crescimento em favor de tal tecnologia apropriada, se isso se mostrar necessário, ou, pelo menos, de deslocar a taxa de crescimento do PNB como objetivo primordial, senão o único. Em particular, uma aumento na absorção da força de trabalho ou uma distribuição mais equitativa dos frutos do crescimento são freqüentemente considerados benefícios de maior importância em detrimento da taxa de crescimento (Morawetz, 1974). Por exemplo, pode-se considerar "a maximização dos potenciais humanos como o objetivo primordial, aparecendo o crescimento do PNB como subproduto de um processo orientado para esse fim" (Friedman & Sullivan, 1974, p. 406). Outros reivindicam um desenvolvimento orientado para as "necessidades humanas"<sup>(5)</sup>. Hirschman (1973) discute a influência geralmente crescente da equidade e de preocupações semelhantes nas economias em desenvolvimento, enquanto Stewart e Streeten examinam, com certa profundidade, as questões relacionadas com os tra-

---

(4) Ocasionalmente, a ISI é também criticada por provocar uma dependência tecnológica em relação aos PD para os quais essa tecnologia foi projetada.

---

(5) Observe-se que HICKS (1979) traça uma distinção entre abordagens orientadas para as necessidades humanas e algumas estratégias orientadas para o emprego, de maneira a não haver uma necessária coincidência entre as duas. STREETEN (1977, 1980) proporciona uma análise interessante do conceito de necessidades humanas.

*de-offs* intertemporais existentes entre o emprego presente e futuro<sup>(6)</sup>.

A situação do emprego em muitos PMD nos leva a questionar se a existência de indústrias com tecnologia apropriada nos fará atingir o alvo de absorção da força de trabalho. Embora a bibliografia existente sobre a tecnologia apropriada tenha dado origem a várias avaliações otimistas concernentes à capacidade de aumentar a intensidade de trabalho na indústria, também aparecem opiniões divergentes, como as de Forsyth, McBain e Salomon (1980). Os contingentes já numerosos, da força de trabalho não absorvida são continuamente engrossados pelas forças da migração rural-urbana, e pode-se pensar que, qualquer que seja a estratégia de absorção da força de trabalho, ela deve depender do emprego em áreas outras que não a industrial, tais como os serviços. O papel dos serviços é analisado nas duas seções seguintes, após as quais é sugerida uma reavaliação na discussão da tecnologia apropriada.

## 2. O Setor Serviços

Esta seção mostra a relação existente entre o processo de desenvolvimento e o crescimento do setor de serviços, e propõe que esta relação seja incorporada na discussão sobre a absorção da força de trabalho. No decorrer dos processos de urbanização e do crescimento industrial, gera-se um crescimento complementar no setor de serviços, abarcando necessidades sociais, necessidades industriais e satisfazendo uma demanda de consumo final. Por exemplo, uma sociedade urbana requer uma quantidade substancial de serviços sociais de infra-estrutu-

ra; a indústria necessita das atividades comerciais e complementares e serviços financeiros e governamentais<sup>(7)</sup>; e as rendas em crescimento geram uma demanda por bens de consumo, tais como recreação, assistência médica e outros serviços pessoais. Ao mesmo tempo em que esta tendência tem sido reconhecida pela bibliografia existente<sup>(8)</sup>, a articulação entre o crescimento urbano-industrial e a expansão de atividades reconhecidas como serviços não aparece usualmente na discussão sobre a absorção da força de trabalho.

A tabela 2 ilustra este crescimento no setor de serviços, fornecendo os dados relativos à participação da agricultura, da indústria e do setor de serviços no total da força de trabalho, para países e anos selecionados. O incremento da participação do setor de serviços nos países que atingiram o *status* de países desenvolvidos é marcante, e em todos os países aparece um certo aumento nessa participação. A participação da agricultura no emprego total tem declinado de forma dramática em praticamente todos os países, sendo a indústria, e especialmente os serviços, os responsáveis pela absorção do trabalho restante.

O crescimento do setor de serviços é mais pronunciado nos PD do que nos PMD. Esta observação é reforçada pela já mencionada tabela 1, que apresenta dados recen-

(6) STEWART e STREETEN sugerem que, inicialmente, as indústrias intensivas em capital podem atingir somente ganhos modestos em termos de emprego, mas também podem incorporar um potencial que proporcione ganhos mais expressivos em termos de emprego futuro, que aqueles obtidos com empreendimentos com menor intensidade de capital. (STEWART & STREETEN, 1971, p. 156-63).

(7) HOLLAND apresenta evidências que sugerem que os aumentos de produtividades no setor urbano-industrial são dependentes de uma proporção crescente de custos indiretos, isto é, do emprego de assalariados (pessoal administrativo, técnico e clerical) não diretamente envolvidos no processo produtivo (HOLLAND, 1963, p. 129).

(8) A relação entre rendas crescentes e demanda por serviços é encontrada inicialmente em FISHER (1935) e CLARK (1940). GALENSON (1963) analisa o papel dos serviços empresariais complementares. KUZNETS (1971) e FUCHS (1968) apresentam estudos genéricos sobre o crescimento do setor de serviços, enquanto BAER & HERVE (1966) examinam o papel do setor de serviços no emprego dos PMD.

SETOR SERVIÇOS

TABELA 2  
PORCENTUAIS DA PARTICIPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Pafs e ano selecionados	A	I	S
<b>França</b>			
1856	51,7	28,5	19,8
1962	20,0	43,6	36,4
1976	10,8	43,7	45,0
<b>Dinamarca</b>			
1911	43,1	29,4	27,5
1960	17,8	44,5	37,7
1976	9,3	38,3	51,7
<b>Suécia</b>			
1860	64,0	18,8	17,2
1960	13,8	52,7	33,5
1976	6,2	42,1	51,6
<b>Japão</b>			
1872	85,8	5,6	8,6
1964	27,6	37,4	35,0
1976*	12,0	41,4	44,4
<b>Estados Unidos</b>			
1839	64,3	16,2	19,5
1965	5,7	38,0	56,3
1976*	3,8	36,9	60,1
<b>Nova Zelândia</b>			
1896	37,0	34,5	28,5
1961	14,5	46,8	38,7
1976	11,9	43,1	44,9
<b>Argentina</b>			
1895	39,6	28,0	32,4
1960	21,4	43,1	35,5
1970*	14,8	35,8	40,7
<b>Chile</b>			
1920	38,9	35,3	25,8
1960	29,6	35,4	35,0
1970*	21,2	31,2	38,8
<b>México</b>			
1910	64,7	14,4	20,9
1960	54,6	22,3	23,1
1975*	40,9	27,2	31,9
<b>Filipinas</b>			
1939	72,9	13,9	13,2
1962	61,6	17,2	21,2
1975*	53,0	19,0	27,7
<b>Ceilão (Sri Lanka)</b>			
1881	68,2	14,0	17,8
1953	56,7	17,2	26,1
1963	57,6	17,3	24,5
<b>Turquia</b>			
1927	81,6	5,6	12,8
1965	71,8	10,5	17,7
1975	64,2	14,2	17,5

Fontes: As duas primeiras observações de cada caso são de KUZNETS (1971, p. 250-54), exceto no caso da Turquia, cujas observações são de SABOLO (1975, p. 16-18). SABOLO inclui no setor de serviços, transportes e serviços públicos. A terceira observação é da tabela 3 do *Yearbook of Labor Statistics* da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1977), ex-

tes, em "cross-section", da participação do setor de serviços no total do emprego. A tendência é de os países mais desenvolvidos apresentarem uma participação maior do setor de serviços no emprego total do que a dos PMD. Isto sugere que uma das razões de se encontrar problemas de absorção nos PMD e não nos PD, é o papel do setor de serviços, juntamente com as óbvias disparidades demográficas, tais como diferentes taxas de crescimento da população e a migração rural-urbana.

A estrutura de emprego nos PD também nos leva a questionar a noção comum de que o emprego crescente no setor de serviços indique o fracasso do processo de desenvolvimento via industrialização em distribuir adequadamente os frutos do crescimento. As ocupações em serviços nos PD freqüentemetne são muito bem remuneradas e seus empregados não se encontram alijados dos frutos do crescimento. Deste modo, parece que o crescimento do emprego no setor de serviços não indica, necessariamente, uma economia dual e indesejável.

A luz desta evidência, pode-se observar que, uma vez considerado o emprego ligado aos serviços, o efeito de uma tecnologia intensiva em trabalho sobre o emprego total pode ser menor do que o das alternativas intensivas em capital. Antes de delinear-mos quaisquer sugestões que visem à busca de uma tecnologia apropriada ou uma estratégia de crescimento para os PMD, a expansão do setor de serviços requer um exame adicional.

... ceto aquelas assinaladas por asterisco, que são da tabela 2A dessa publicação, e aquelas relacionadas com Sri Lanka, 1967, que são provenientes da tabela 10 do *Demographic yearbook 1972*, das Nações Unidas (ONU, 1973). A soma dos percentuais pode não atingir 100, devido a arredondamento ou à exclusão da força de trabalho classificada como "outros". Kuznets não leva em consideração este último item.

### 3. A Dinâmica do Setor Serviços

O nosso interesse é direcionado no sentido de uma análise das fontes e da natureza do crescimento do emprego no setor de serviços. Uma investigação do primeiro ponto tem início com a participação do setor de serviços no Produto Interno Bruto. A tabela 3 apresenta a participação dos três setores no PIB, para países selecionados em

TABELA 3

PORCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO DO PRODUTO SETORIAL NO PRODUTO INTERNO BRUTO

País e ano selecionados	A	I	S
França			
1896	25,0	46,2	28,8
1963	8,4	51,0	40,6
1977	4,9	45,0	50,0
Dinamarca			
1950-51	20,4	45,0	34,6
1963-67	10,9	49,5	39,6
1973	6,8	41,6	51,5
Suécia			
1861-70	38,3	22,6	39,1
1963-67	6,5	54,5	39,0
1977	4,7	42,4	52,9
Japão			
1952-53	22,4	39,4	38,2
1963-67	11,9	45,3	42,8
1976	5,1	45,8	49,1
Estados Unidos			
1839			
(Renda Nacional)	42,6	25,6	31,6
1963-67	3,3	43,5	53,2
1977	2,8	40,2	57,0
Argentina			
1900-04			
(a preços de 1950)	33,3	24,8	41,9
1963-67	16,9	48,4	34,7
1975	12,9	51,6	35,4
Honduras			
1925-29	63,4	12,5	24,1
1960-64	43,0	24,7	32,3
1976	23,0	41,0	36,0

Fontes: KUZNETS (1971, p. 144-51), exceto para os valores de 1970 ou de anos posteriores, que são do *Yearbook of National Accounts Statistics*, (vol. 1, tabela 4a) das Nações Unidas. Os valores são calculados a preços correntes, exceto aqueles assinalados. Frequentemente, as observações coletadas das Nações Unidas não somam 100% devido a discrepâncias estatísticas ou a erros de arredondamento. Os dados excluem as tarifas sobre importações.

vários períodos de tempo. A tabela 1 mostra uma *cross-section* para um grande número de países. Os dados históricos indicam que a participação dos serviços no PIB tende a aumentar, à medida que o desenvolvimento prossegue, enquanto a "cross-section" revela uma correlação positiva entre a renda *per capita* e a participação do setor de serviços no produto. Contudo, deve-se observar que a tendência com relação ao produto não é tão pronunciada como a tendência relacionada com a força de trabalho. Esta disparidade tem sido reconhecida frequentemente, e discutida por Kuznets (1971), Fuchs (1968), e pelo Banco de Montreal (1956) entre outros.

A origem mais óbvia da discrepância entre a participação do setor de serviços no produto e sua participação no emprego parece envolver a produtividade do trabalho. É comumente defendido que a produtividade do trabalho é menor no setor de serviços do que na indústria, e que a produtividade nos serviços cresce mais lentamente, levando a manutenção, ou o crescimento, da participação do setor de serviços no produto a ser, necessariamente, acompanhada pelo crescimento da participação no emprego. Por exemplo, Fuchs (1968) encontrou o crescimento da produtividade no setor de serviços nos EUA consideravelmente defasado em relação àquele observado na indústria, como se pode observar pela tabela 4, ponto de vista compartilhado pelo Banco de Montreal (1956) no caso do Canadá. Kuznets (1971, p. 296) confirma que a razão entre a relação produto/trabalhador na indústria e no produto médio do setor de serviços cresceu "em quase todos os países(...)" A tabela 5 apresenta os dados de Kuznets em *cross-section*. A tabela 6 revela os dados históricos e mostra um crescimento na produtividade do setor de serviços, cujo diferencial em relação à produtividade da indústria, de acordo com Kuznets, é ainda maior do que a tabela 5 poderá sugerir. Barry (1978) menciona a falta de mudanças tecnológicas e os diferenciais de produtividade como causas do crescimento do emprego no setor de

## SETOR SERVIÇOS

serviços. A tabela 1 indica que a relação entre a renda do setor de serviços e o emprego neste mesmo setor nos PMD é geralmente maior que a mesma relação nos PD, um padrão consistente com a hipótese de que o desenvolvimento tem permitido maiores ganhos de produtividade na indústria.

TABELA 4

TAXAS DE VARIAÇÃO NO PORCENTUAL ANUAL NA PRODUTIVIDADE DA FORÇA DE TRABALHO POR SETORES E PARA PERÍODOS SELECIONADOS E.U.A.

Período	A	I	S	Total da Economia
1929-65	3,4	2,2	1,1	1,9
1929-47	1,9	1,5	0,5	1,3
1947-65	4,9	2,9	1,7	2,6

Fonte: FUCHS, p. 51.

TABELA 5

PRODUTO SETORIAL POR TRABALHADOR E VALORES CORRESPONDENTES DE REFERÊNCIA DO PIB PER CAPITA, 1960 (APROX.)

Setor	Valores de Referência de 1958 do PIB per capita (\$)				
	70	150	300	500	1.000
I	2,25	1,67	1,25	1,24	1,15
S	2,80	1,61	1,29	1,06	0,93
S/I	1,24	0,96	0,96	0,85	0,81

Fonte: KUZNETS, (1971, p. 209).

Obs: O produto por trabalhador em valores de referência é uma média dos produtos setoriais por trabalhador para países com PIB per capita próximos daquele valor de referência. Este expediente permite uma apresentação concisa da relação entre o PIB e o produto por trabalhador. Para maiores detalhes, vide KUZNETS (1971, p. 110-12, 128-42 e 1966, p. 98-100).

Sabolo (1975, p. 96-108) é menos convicto a esse respeito, argumentando que a produtividade do trabalho no setor de serviços pode crescer rapidamente. Ele acredita que essa produtividade pode dar uma contribuição significativa ao crescimento da participação do setor de serviços no produto, e que a produtividade neste setor não é signi-

TABELA 6

TENDÊNCIA A LONGO PRAZO DA PRODUÇÃO RELATIVA POR TRABALHADOR PARA OS SETORES MAIS IMPORTANTES

País e ano selecionados	I	S	S/I
Inglaterra			
1801-11	0,63(*)	1,28(*)	2,03(*)
1963-67	1,02	0,98	0,96
França			
1896	1,51	1,07	0,71
1963	1,22	1,05	0,86
Bélgica			
1910	0,84	1,86	2,21
1963-67	0,95	1,06	1,12
Holanda			
1913	0,92	1,43	1,55
1965	1,06	0,98	0,92
Alemanha			
1850-59	0,71	2,20	3,10
1963-67	1,21	0,83	0,69
Dinamarca			
1950-51	1,19	0,88	0,74
1963-67	1,21	0,82	0,68
Noruega			
1865	1,78	1,50	0,84
1963-67	1,25	0,97	0,78
Suécia			
1861-70	1,48	1,68	1,14
1963-67	1,14	1,01	0,89
Itália			
1861-70	0,81	1,89	2,33
1963-67	1,14	1,13	0,99
Canadá			
1919-23	1,27	1,10	0,87
1963-67	1,29	0,80	0,62
Estados Unidos			
1839	1,80	1,16	0,64
1929	1,34	0,92	0,47
Austrália			
1891-1900	1,18	1,05	0,89
1935-38	0,78	1,13	1,45

Fonte: KUZNETS (1971, p. 290-92).

Nota: (a) O transporte e a subdivisão de comunicações estão excluídos do setor I e incluídos no setor S.

ficativamente mais baixa do que a produtividade na indústria (Sabolo, 1975, p. 96-108). Este autor apresenta evidências detalhadas para embasar tais afirmações sumariadas na tabela 7.

Todavia, o crescimento do emprego no setor de serviços pode ainda ser relacionado com as condições de produção neste setor. Particularmente, Sabolo argumenta que



TABELA 7  
 PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NO SETOR  
 SERVIÇOS

País	Taxa Média Anual do Aumento da Produtividade (1953/67)	Níveis Relativos da Produtividade do Trabalho (1967 ou 1966)
	S	S/I
Áustria	6,3	0,92
Bélgica	4,8	1,14
Canadá	3,2	1,07
Finlândia	5,4	1,04
França	6,6	0,80
Rep. Fed. Alemã	6,9	1,09
Itália	6,0	1,39
Japão	9,3	1,03
Holanda	5,6	1,08
Noruega	5,7	0,98
Filipinas	0,5	1,06
Portugal	7,8	1,05
Porto Rico	9,2	9,96
Espanha	7,0	1,12
Suécia	5,8	1,21
Reino Unido	4,9	1,05
Estados Unidos	6,7	0,93

Fonte: SABOLO (1975, p. 102).

o setor de serviços apresenta uma possibilidade muito menor de substituição de capital ou de outros fatores por trabalho, do que outros setores (Sabolo, 1975, cap. 3), e que, por esse motivo, requer um incremento significativo de emprego, à medida que a participação no produto aumenta.

Permanecem, porém, questões acerca da natureza do emprego no setor de serviços. Observamos uma correlação positiva entre as rendas crescentes, crescimento do produto do setor de serviços e da participação setorial do trabalho, e sugerimos que as diferentes taxas de crescimento observadas nos dois últimos podem ser ocasionadas pela taxa de crescimento da produtividade do trabalho e/ou por condições técnicas de produção no setor de serviços. A não ser que possamos fortalecer esta correlação no sentido de estabelecer uma hipótese envolvendo as causas do crescimento do emprego no setor de serviços, o espectro do sub-

emprego nos serviços ameaça destruir a análise.

Tem sido comumente assumido que o setor de serviços é um empregador residual, disfarçando o subemprego daqueles que não são absorvidos pelo setor industrial. No entanto, se a demanda por serviços se expande com uma rapidez suficiente, mais do que prover o fornecimento de uma oferta de trabalho para aqueles que permaneceriam de outro modo desempregados, ela propicia uma porcentagem crescente de empregados engajados em cargos novos ou já existentes, ocupados em empregos criados pela existência de uma demanda para o seu produto. Esta demanda indutora de emprego é relativamente bem remunerada e não pode ser caracterizada como emprego disfarçado. Se esta demanda não surgir, a possibilidade de desemprego disfarçado força-nos a questionar a capacidade de absorção de força de trabalho pelos serviços. Sabolo (1975, cap. 2) sugere que a expansão na demanda por serviços tem sido o fator mais importante no crescimento deste setor, um ponto de vista reafirmado por outros autores, tais como Udall (1976) e Barry (1978). Este último conclui que a quantidade significativa de emprego no setor de serviços não representa, necessariamente, uma alocação de força de trabalho ineficiente ou indesejável. Bhalla (1970) é um pouco menos crédulo em atribuir a pressões de demanda o emprego em serviços nos PMD. No entanto, Bhalla (1970, 1973) acredita que a maior parte do emprego nesse setor nos PD deve ser induzida pela demanda, uma descoberta consistente com a hipótese de que, à medida que um país se desenvolve, uma parte crescente de seu emprego em serviços abrange empregos legitimados pela demanda, que não podem ser classificados como desemprego disfarçado.

Existem muitas razões para se esperar que a demanda por serviços cresça no decorrer do processo de desenvolvimento. O setor urbano-industrial em expansão requer serviços complementares, ao mesmo tempo em que os serviços governamentais adquirem

## SETOR SERVIÇOS

uma importância crescente, embora Sabolo (1975, p. 36) seja cético quanto ao papel destes últimos no crescimento do setor de serviços. Além disso, as despesas em serviços representam uma parte cada vez mais importante na demanda por consumo final. É também um fenômeno bastante conhecido o de que, à medida que a renda *per capita* cresce, se processa uma mudança na estrutura de consumo. As famílias de baixa renda despendem uma proporção relativamente alta de suas rendas em necessidades como alimentação, vestuário e habitação. À medida que a renda cresce, o peso destas necessidades no orçamento familiar declina, enquanto aumenta a proporção despendida em serviços.

O papel dos serviços na demanda final é comumente resumido pela afirmação de que os serviços são bens superiores. A tabela 8,

TABELA 8

ELASTICIDADE DE CONSUMO DOS SERVIÇOS EM RELAÇÃO AO CONSUMO TOTAL

País	Período	Elasticidade
Barbados	1960-64	1,63
Bélgica	1958-67	1,32
Canadá	1958-67	1,44
Dinamarca	1958-67	1,24
Fiji	1954-64	3,09
Finlândia	1958-67	1,66
Grécia	1958-67	1,20
Honduras	1958-64	0,91
Irã	1956-67	1,26
Irlanda	1958-67	1,40
Israel	1958-67	1,33
Itália	1958-67	1,49
Jamaica	1960-67	1,30
Japão	1958-67	1,55
Jordânia	1959-67	1,55
Rep. dos Khmer	1962-66	1,05
República da Coreia	1958-67	1,30
Malásia	1958-66	1,67
Malta	1958-67	1,60
Holanda	1958-67	1,41
Porto Rico	1958-67	1,54
Serra Leone	1963-65	1,26
Singapura	1958-67	1,28
África do Sul	1958-67	1,15
Espanha	1958-66	2,03
Sri Lanka	1958-67	1,75
Tailândia	1958-67	1,29
República do Vietnam	1960-65	1,42

Fonte: SABOLO (1975, p. 34).

compilada por Sabolo, apresenta as elasticidades do consumo em serviços com relação ao consumo total privado. Os dados estão consistentes e em harmonia com a afirmação anterior. A tabela 9 apresenta dados acerca da participação dos serviços no consumo privado. De acordo com a tabela 10, Kuznets calcula as medidas das elasticidades da participação do setor de serviços no produto com relação ao produto total. Ainda que os dados não nos possam levar à conclusão de que os serviços necessariamente sejam bens superiores, a conclusão é de que sua elasticidade de renda é alta.

Dada esta evidência, qual seja, a de que a expansão urbano-industrial e o crescimento da renda *per capita* são acompanhados

TABELA 9

PARTICIPAÇÃO DOS SERVIÇOS NO CONSUMO DOMÉSTICO PRIVADO

País	Ano	Participação dos Serviços
Índia	1976	0,172
Serra Leone	1971	0,179
Zâmbia	1972	0,284
Nova Guiné (Papua)	1971	0,164
República da Coreia	1977	0,241
Malásia	1971	0,251
Panamá	1976	0,218
África do Sul	1977	0,272
Grécia	1977	0,291
Israel	1977	0,371
Itália	1976	0,297
Reino Unido	1977	0,327
Japão	1976	0,439
Áustria	1977	0,342
Holanda	1977	0,339
França	1977	0,350
Dinamarca	1977	0,304
Canadá	1977	0,400
Estados Unidos	1977	0,416
Noruega	1977	0,346
Suécia	1977	0,310

Fonte: Vol. 1, tabela 8C do *Yearbook of National Accounts Statistics* das Nações Unidas. A participação dos serviços é a razão entre as despesas em serviços e a demanda total de consumo privado final, exceto para a Áustria, caso em que esta relação exprime a razão entre a despesa em serviços e o valor total das mercadorias compradas, uma medida que superestima ligeiramente a participação dos serviços neste país.

não só pelo emprego crescente no setor de serviços mas também por uma demanda crescente de serviços, pode-se esperar que a proporção do setor de serviços que representa desemprego disfarçado seja declinante ao longo do tempo. Portanto, a existência largamente disseminada de desemprego disfarçado não pode ser característica permanente do setor de serviços, permitindo que a este setor seja atribuído um papel na solução do problema da absorção da força de trabalho<sup>(9)</sup>.

TABELA 10

PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO PRODUTO INTERNO BRUTO E A ELASTICIDADE DE RESPOSTA DOS PRODUTOS SETORIAIS PARA DIFERENÇAS RELATIVAS NO PRODUTO PER CAPITA EM VALORES DE REFERÊNCIA DO PIB DE 1958

Valor	A	I	S
Participação do PIB per capita em valores de referência (%)			
1. \$ 70	48,4	20,6	31,0
2. \$ 150	36,8	26,3	36,9
3. \$ 300	26,4	33,0	40,6
4. \$ 500	18,7	40,9	40,4
5. \$ 1.000	11,7	48,4	39,9
Elasticidade de Resposta			
1. \$ 70 a \$ 300	0,56	1,37	1,21
2. \$ 300 a \$ 1.000	0,30	1,36	0,98
3. \$ 70 a \$ 1.000	0,44	1,36	1,11

Fonte: KUZNETS, (1971, p. 111-12). Vide a tabela 5 para a descrição dos valores de referência.

(9) Partindo desta conclusão, pode ser feita outra afirmação no contexto de um sistema de classificação concernente a um mercado de trabalho dual, com empregos altamente produtivos justapostos àqueles cujo produto marginal é negligenciável. A nossa divergência surge a partir da nossa observação, que sugere um incremento significativo de emprego na primeira categoria mencionada, à medida que aumenta o crescimento na demanda por serviços.

## Discussão

A luz da discussão anterior, pode-se delinear algumas questões quando à ênfase que deve ser dada à tecnologia apropriada, nas futuras estratégias de desenvolvimento. Todavia, pode-se mostrar mais conveniente a consideração de um padrão alternativo de crescimento.

Desde já, os PMD deveriam dar importância à intensificação da taxa de crescimento da economia, mesmo que isto implique a adoção de tecnologias intensivas em capital, objetivando permitir rápidos crescimentos na renda *per capita*. O maior PIB total poderia ser, então, redistribuído. A consequente renda média familiar produziria uma demanda substancialmente maior por serviços altamente remunerados, reforçando o crescimento da demanda por serviços complementares de acordo com a expansão do setor urbano-industrial. Este padrão de crescimento poderá, então, atingir altas taxas de crescimento, ao mesmo tempo em que alivia sobremaneira o problema da absorção efetiva da força de trabalho, através do aumento do emprego, tanto nos serviços como na indústria. Observa-se que a estratégia de crescimento descrita não dá qualquer ênfase explícita ao setor de serviços. O que efetivamente ocorre é que se espera que tal crescimento induza automaticamente a uma expansão no setor de serviços.

Neste processo, o papel essencial da redistribuição deve ser enfatizado. Como Ranis (1973, p. 390) observa, algumas estratégias de desenvolvimento podem permitir que os benefícios de um setor moderno altamente concentrado se "infiltrem" no restante da economia. A nossa proposta se diferencia destas teorias pela insistência na redistribuição efetiva. Esta não será uma meta fácil de ser atingida, uma vez que requererá um acordo sócio-político-institucional capaz de intensificar o crescimento nos setores produtivos e de transferir parte do excedente para outros segmentos da economia e da sociedade. O papel da distribui-

## SETOR SERVIÇOS

ção no desenvolvimento é levado em consideração por Lal (1976) que, no entanto, se mostra cético quanto à possibilidade de efetivação de uma redistribuição substancial. A natureza do instrumental capaz de realizá-la permanece uma questão não resolvida.

A dificuldade da redistribuição é ainda complementada pela percepção de que uma estratégia de crescimento tem uma tendência a ela inerente de não redistribuir. Se os serviços são caracterizados por uma alta elasticidade de renda, a redistribuição deve reduzir a demanda por serviços à medida que a renda é transferida das famílias de alta renda para aquelas de baixa renda. A redistribuição apresenta-se, portanto, como uma tarefa pouco atrativa para uma estratégia executada no sentido de propiciar incrementos de emprego. Observe-se, no entanto, que se a distribuição for moderada o suficiente, a demanda por serviços permanecerá ainda em ascensão à medida que se processa o desenvolvimento, com o volume do emprego após o crescimento e a redistribuição excedendo o emprego na situação original, apesar de ficar aquém da possibilidade da não redistribuição. Torna-se claro, portanto, que este esquema se acomodará tanto a ganhos de emprego como a alguma redistribuição, embora os termos do *trade-off* entre os dois permaneça uma questão em aberto. A defesa da última alternativa deve ser reconhecida como um juízo de valor entre metas conflitantes.

Embora reconhecendo o papel dos serviços na absorção da força de trabalho não se deve considerar a questão da tecnologia apropriada como irrelevante. A adoção de técnicas intensivas em trabalho, ou de outras igualmente apropriadas constitui parte integrante de uma estratégia de absorção da força de trabalho. No entan-

to, a avaliação de técnicas que ofereçam uma crescente intensidade de trabalho, tendo como contrapartida um crescimento menor da renda *per capita*, deve levar em consideração o emprego induzido do setor de serviços no cálculo do emprego.

A nossa estratégia de crescimento orientada para os serviços, mais do que uma receita, necessariamente permanece uma questão para se discutir. A avaliação desta sugestão requer uma análise mais profunda do setor de serviços, enquanto que qualquer tentativa para transformá-la em receita deve aguardar o aperfeiçoamento dos dados existentes, concernentes ao setor de serviços, através de estudos mais detalhados<sup>(10)</sup>. Permanece também a questão de se examinar até que ponto a tendência observada no setor de serviços, sendo mais pronunciada nos PD, pode ser aplicada aos PMD. Deve-se tomar cuidado para evitar a expectativa de que os PMD possam, necessariamente, reproduzir a experiência dos PD. As evidências existentes, que indicam que os PMD não reproduzem as condições históricas dos PD atuais, são suficientemente abundantes para requerer cuidados extremos a este respeito.

Apesar destas dificuldades, o papel peculiar do setor de serviços numa estratégia de desenvolvimento de um PMD, surge como merecedor de uma atenção especial. É nossa intenção ilustrar um possível papel genérico que este setor pode desempenhar e oferecer a sugestão específica de que qualquer avaliação quanto à absorção da força de trabalho deve levar em consideração o crescimento do emprego em serviços complementares.

---

(10) BHALLA (1973) sugere que uma investigação apropriada dos serviços deve ter como ponto de partida uma abordagem desagregada.

## Referências Bibliográficas

- AHMAD, Jalael. Import substitution — a survey of policy issues. *Developing Economies*, 16: 355-372, 1978.
- ARDANT, Gabriel. A Plan for full employment in the developing countries. *International Labor Review*, 88: 15-51, 1963.
- BAER, Werner. Import substitution and industrialization in Latin America — experiences and interpretations. *Latin American Research Review*, 7 (1): 95-122, 1972.
- BANCO DE MONTREAL. *The Service Industries*. Royal Comission in Canada's Economic Prospects, 1956.
- BANCO MUNDIAL. *World Development Report 1979*. Banco Mundial, Washington, D.C., 1979.
- BARNETT, Vincent M. Implementation of policies for fuller employment in less developed countries. *World Development*, 2 (6): 11-26, 1974.
- BERRY, Albert. A Positive interpretation of the expansion of urban services in Latin America, with some colombian evidence. *Journal of Development Studies*, 14: 210-231, 1978.
- BHALLA, A. S. The Role of services in employment expansion. *International Labor Review*, 5: 519-540, 1970.
- A Disagregative approach to employment in LDC's. *Journal of Development Studies*, 10: 50-65, 1973.
- BRUTON, Henry J. Economic development and labor use: a review. *World Development*, 1 (12): 1-22, 1973.
- CLARK, Colin. *The Conditions of economic progress*. Londres, 1940.
- COOPER, Charles. Service, technology and production in the underdeveloped countries: an introduction. *Journal of Development Studies*. 9: 1-18, 1972.
- FISHER, A. G. B. *The Clash of economic progress and security*, Macmillan and Co., Londres, 1935.
- FORSYTH, David J. C., MCBAIN, Norman S. & SOLOMON, Robert S. Technical rigidity and appropriate technology in less developed countries. *World Development*, 8: 371-398, 1980.
- FRIEDMAN, John & SULLIVAN, Flora. The Absorption of labor in the urban economy: the case of developing countries. *Economic Development and Cultural Change*, 22: 385-413, 1974.
- FUCHS, Victor. *The Service Economy*. Columbia University Press, 1968.
- GALENSON, W. Economic development and sectoral expansion of employment. *International Labor Review*, 87: 509-519, 1963.
- GREGORY, Peter. An Assessment of changes in employment conditions in less development countries. *Economic Development and Cultural Change*, 28: 673-700, 1980.
- HICKS, Norman L. Growth vs. basic needs: is there a trade-off? *World Development*, 7: 985-994, 1979.
- HIRSCHMAN, Albert O. The political economy of imports substituting industrialization in Latin America. *Quarterly Journal of Economics*. 1-32, 1968.
- The changing tolerance of equality in the course of economic development. *World Development*, 1: 29-36, 1973.

## SETOR SERVIÇOS

- HOLLAND, D. G. Costs, productivities, and the employment of salaried staff. *Bulletin of the Oxford University Institute of Economics and Statistics*, 25: 127-164, 1963.
- KUZNETS, Simon. *Modern economic growth: rate, structure, and spread*. New Haven, Connecticut Yale University Press, 1966.
- *Economic growth of nations*. Cambridge, Massachusetts. Harvard University Press, 1971.
- LAL, Deepak. Distribution and development: a review article. *World Development*, 4: 725-738, 1976.
- LEFEBER, Lewis. On the paradigm for economic development. *World Development*, 2 (1): 1-8, 1974.
- LEWIS, W.A. A Review of economic development. *American Economic Review*. 55: 1-17, 1965.
- MORAWETS, D. Employment implications of industrialization in developing countries: a survey. *Economic Journal*. 84: 491-542, 1974.
- NAÇÕES UNIDAS. *Demographic Yearbook 1972*, Nações Unidas, 1973.
- *Yearbook of national accounts statistics 1978*, Nações Unidas, 1979, v. 1.
- NWOSU, Emmanuel J. Some problems of appropriate technology and technological transfer. *Developing Economies*, 13: 82-93, 1975.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Yearbook of labor statistics 1975*.
- PICKETT, James. The Work of Livingstone Institute on 'appropriate' technology — editor's introduction. *World Development*, 5: 773-776, 1977.
- RAMOS, Joseph. An Heterodoxical interpretation of the employment problem in Latin America. *World Development*, 2 (7): 47-58, 1974.
- RANIS, Gustav. Industrial sector labor absorption. *Economic Development and Cultural Change*, 21: 387-408, 1973.
- REYNOLDS, Lloyd C. Wages and employment in a labor-surplus economy. *American Economic Review*, 55: 19-39, 1965.
- SABOLO, Yves *et alii*. *The Service Industries*, Geneva, International Labor Office, 1975.
- STEWART, Frances. Choice of technique in developing countries. *Journal of Developing Studies*, 9: 99-122, 1972.
- Editor's introduction. *World Development*, 2 (3):17-46, 1974a. (edição especial sobre tecnologia).
- *Technology and underdevelopment*, Westview Press, Boulder, Co. 1977.
- & STREETEN, Paul. Conflicts between output and employment objectives in developing countries. *Oxford Economic Papers*, 23: 145-168, 1971.
- STREETEN, Paul. A Basic needs approach to economic development. In: Jameson, K P. & Wilber, Charles K. (ed.). *Directions in Economic Development*, University of Notre Dame Press, 1979. p. 73-129.
- Basic needs and human rights. *World Development*, 8: 107-111, 1980.
- TODARO, M. P. The urban employment problem in less developed countries: an analysis of demand and supply. *Yale Economic Essays*, 329-402, 1968.

- TYLER, W. G. Labor absorption with import substituting industrialization: an examination of elasticities of substitution in the brazilian manufacturing sector. *Oxford Economic Papers*, 76: 93-103, 1974.
- UDALL, Alan T. The Effects of rapid increases countries. *Economic Development and Cultural Change*, 24: 765-786, 1976.
- WHITE, Lawrence J. The Evidence on appropriate factor proportions for manufacturing in less developed countries: a survey. *Economic Development and Cultural Change*, 27: 27-59, 1978.
- WITTE, Ann Dryden. Employment in the manufacturing sector of developing economies: a study of Mexico and Peru. *Journal of Development Studies*, 10: 33-49, 1973.